



# Diário Oficial



Nº 12.815 - Ano LI

Sexta-feira, 08 de abril de 2022

Prefeitura Municipal de Campinas  
[www.campinas.sp.gov.br](http://www.campinas.sp.gov.br)

## LEI Nº 16.221, DE 7 DE ABRIL DE 2022

*Dispõe sobre a divulgação do serviço Disque Direitos Humanos – Disque 100 para denúncias de violência contra crianças e adolescentes e do telefone do Conselho Tutelar, no âmbito do município de Campinas.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINAS. Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** É obrigatória, no âmbito do município de Campinas, a divulgação do serviço Disque Direitos Humanos - Disque 100 para denúncias de violência contra crianças e adolescentes e do número de telefone do Conselho Tutelar de Campinas, nos seguintes locais:

I - bares, restaurantes, lanchonetes e similares;

II - condomínios de edifícios e de casas;

III - escolas municipais e particulares;

IV - lotéricas;

V - farmácias;

VI - boates;

VII - casas de **show**;

VIII - hotéis;

IX - motéis;

X - pensões e estabelecimentos similares;

XI - ônibus do transporte público municipal;

XII - prédios públicos.

**Art. 2º** Os locais especificados no art. 1º desta Lei deverão afixar cartaz contendo o seguinte texto: “Violência contra crianças e adolescentes: denuncie! Disque 100 ou 0800-770-1085. Ligação anônima - sigilo absoluto”.

§ 1º Caso os números telefônicos referidos no **caput** sofram alteração, os responsáveis pelos locais especificados no art. 1º farão as modificações necessárias no cartaz.

§ 2º O cartaz de que trata o **caput** deverá ser afixado em local visível ao público, de forma permanente, mesmo que não haja evento ou qualquer atividade no local.

§ 3º O Poder Executivo poderá veicular a mensagem de que trata o **caput** em todas as suas propagandas institucionais.

**Art. 3º** Cabe à Administração Pública municipal disponibilizar o modelo de cartaz a ser afixado.

**Art. 4º** O não cumprimento desta Lei acarretará as seguintes penalidades, a serem aplicadas conforme decreto regulamentador e sucessivamente na ocorrência de reincidências, na seguinte ordem:

I - notificação para normalização no prazo de trinta dias;

II - multa de 100 (cem) Unidades Fiscais de Campinas - UFICs;

III - suspensão das atividades e do funcionamento pelo período de trinta dias;

IV - cancelamento definitivo do alvará de funcionamento.

Parágrafo único. Os valores arrecadados com a aplicação da multa prevista neste artigo serão revertidos ao Fundo Municipal para a Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

**Art. 5º** O Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

**Art. 6º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** Ficam revogadas a Lei nº 12.305, de 22 de junho de 2005, e as disposições em contrário.

Campinas, 07 de abril de 2022

**DÁRIO SAADI**

Prefeito Municipal

Autoria: vereador Jorge Schneider

Protocolado nº 2022/08/2.575